

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, 930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da
Private Equity Holding VII - Delta S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Private Equity Holding VII - Delta S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



Shape the future
with confidence

das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-015199/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Felipe Machado Oliveira'.

Felipe Machado Oliveira
Contador CRC-GO-022208/O

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
Receita operacional líquida	19	-	-	223.792
Custo dos produtos vendidos	20	-	-	(177.515)
Lucro bruto		-	-	46.277
Despesas com vendas	21	-	-	(10.718)
Despesas gerais e administrativas	22	(40.635)	(9.517)	(52.247)
Despesas tributárias		(98)	(26)	(98)
Resultado de equivalência patrimonial		20.297	-	-
Outras receitas e despesas líquidas		-	-	4.856
Lucro antes do resultado financeiro		(20.436)	(9.543)	(11.930)
Resultado financeiro, líquido	23	(1.794)	158	10.519
Resultado antes dos impostos		(22.230)	(9.385)	(1.411)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	24	-	-	(22.707)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	24	5.898	-	13.407
Resultado do exercício		(16.332)	(9.385)	(10.711)
Lucro atribuído ao:				
Controlador		-	-	(16.332)
Não controlador		-	-	5.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Prejuízo do exercício	(16.332)	(9.385)	(10.711)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	(16.332)	(9.385)	(10.711)
Resultado abrangente total atribuível aos:			
Acionistas controlador	-	-	(16.332)
Acionistas não controlador	-	-	5.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos controladores			Total Não controladores	Total
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total controladores		
Constituição do capital social	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	4.693	-	4.693	-	4.693
Prejuízo do período	-	(3.503)	(3.503)	-	(3.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.693	(3.503)	1.190	-	1.190
Aumento de capital em 25/08/2023	3.900	-	3.900	-	3.900
Aumento de capital em 24/11/2023	11.100	-	11.100	-	11.100
Prejuízo do período	-	(9.385)	(9.385)	-	(9.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.693	(12.888)	6.805	-	6.805
Aumento de capital em 30/07/2024	7.800	-	7.800	-	7.800
Aumento de capital em 20/09/2024	347.200	-	347.200	-	347.200
Participação de não controlador em combinação de negócios – valor de custo	-	-	-	92.282	92.282
Mais valia de não controlador em combinação de negócios	-	-	-	32.432	32.432
Amortização de mais valia de não controlador	-	-	-	(4.434)	(4.434)
Prejuízo do exercício	-	(16.332)	(16.332)	5.621	(10.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	374.693	(29.220)	345.473	125.901	471.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	(22.230)	(9.385)	(1.411)
Ajustes para reconciliação do resultado líquido:			
Depreciações e amortizações	17.912	2	20.449
Amortização de direito de uso	-	-	-
Variação do ajuste a valor presente	-	-	13.574
Valor residual de baixa do imobilizado e intangível	-	-	4.166
Rendimentos sobre as cotas de investimento	-	-	(1.165)
Juros incorridos sobre passivos de arrendamento	-	-	34
Bonificações	-	-	(5.831)
Provisões diversas	5.718	-	5.718
Resultado de equivalência patrimonial	(20.297)	-	-
	(18.897)	(9.383)	35.534
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	-	-	(124.939)
Estoques	-	-	24.209
Adiantamentos diversos	(39)	(68)	62.410
Tributos a recuperar	(150)	(32)	(10.801)
Outros créditos e direitos	-	-	(5.993)
Fornecedores	2.202	(218)	(47.525)
Salários, provisões e encargos sobre folha	(2.084)	2.695	(3.243)
Impostos e contribuições a recolher	12.932	(56)	(7.622)
Outras obrigações	2.714	(1.103)	13.341
Adiantamento de clientes	-	-	(79.075)
Impostos pagos	(12.912)	-	(12.912)
Caixa líquido, aplicado nas atividade operacionais	(16.234)	(8.165)	(156.616)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa adquirido na combinação de negócio	-	-	268.457
Adição de investimentos	(328.766)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(46)	(27)	(355.029)
Direito de uso	-	-	-
Caixa líquido, aplicado nas atividades de investimento	(328.812)	(27)	(86.572)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Contraprestações pagas de arrendamentos	-	-	(57)
Aumento de capital	355.000	15.000	355.000
Caixa líquido, gerado pelas atividades de investimento	355.000	15.000	354.943
Aumento líquido, de caixa e equivalentes de caixa	9.954	6.808	111.755
No início do exercício	9.685	2.877	9.685
No final do exercício	19.639	9.685	121.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII - Delta S.A. (“Delta” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022, com a razão social RHMI 210 Participações Ltda., com o capital social no valor de R\$ 100,00 (cem reais) e em 13 de maio de 2022 ocorreu a transformação em sociedade por ações de capital fechado. Em 31 de maio de 2022, houve alteração da denominação social. A Companhia está localizada na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, conj. 101 parte 11, Brooklin Paulista - São Paulo/SP. A Delta tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia foi criada para ser a plataforma de investimento do Fundo Pátria em empresas de Sementes de soja.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nos saldos da controladora, momentaneamente, um capital circulante líquido negativo de R\$ 243.578. Essa situação será superada no contexto de aportes subsequentes do fundo Pátria Reach Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

1.1 Combinação de Negócios - Aquisição de controle da Sementes São Francisco S.A.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia adquiriu 80% das ações com direito a voto da Sementes São Francisco S.A. (“SSF”) pela contraprestação R\$ 580.698, conforme demonstrado abaixo. A Sementes São Francisco é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade Rio Verde – GO, Brasil, que foi fundada há mais de 30 anos, especializada na produção de sementes de alta qualidade, com foco principal em sementes de soja, gerando valor por meio de diferentes fontes, como a venda de germoplasma, a cobrança de royalties sobre tecnologias licenciadas e parcerias estratégicas.

Demonstrativo detalhado da contraprestação:

Valor pago à vista (i)	184.068
Aumento de capital e aquisição de 6,71% das ações da SSF (ii)	144.698
Valores pagos:	<u>328.766</u>
Valor retido a pagar (i)	132.001
Ajuste de preço (iii)	136.360
Valores a pagar	<u>268.361</u>
Ajuste a valor justo da contraprestação a pagar (i) e (iii)	<u>(16.429)</u>
Total da contraprestação	<u>580.698</u>

(i) O preço total de aquisição das ações correspondentes a 73,29% é de R\$ 316.069 e foi negociado da seguinte forma: R\$ 184.068 pago ao vendedor na data de fechamento (“parcela a vista”) e R\$132.001, que será pago ao vendedor no 1º aniversário da data de fechamento (“parcela diferida”). Para determinação do valor justo, o preço de aquisição nominal foi atualizados até a data de vencimento pela variação positiva do IPCA e trazidos a valor presente pela expectativa da taxa SELIC, com impacto de R\$ 8.082.

(ii) Adicionalmente, foi aportado ao capital social da SSF, conforme previsto no SPA, o montante de R\$144.698, mediante a emissão de 97.433 ações ordinárias de emissão da SSF, representada pela participação acionária de 6,71% das ações da Sementes São Francisco, totalmente subscrito e integralizado pela Compradora.

(iii) Como complemento ao valor inicialmente acordado e conforme mencionado no SPA, foi calculado um ajuste de preço, com

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

base na variação de dívida e capital de giro entre o *signing* e o *closing* da transação. Esse ajuste de preço foi estimado em R\$ 136.360. Para determinação do valor justo, o preço de aquisição nominal foi atualizado até a data de vencimento pela variação positiva do IPCA e trazidos a valor presente pela expectativa da taxa SELIC, com impacto de R\$ 8.347.

A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo preliminar de PPA (*Purchase Price Allocation*), elaborado por uma empresa especializada.

Demonstrativo detalhado dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	Valor Contábil 30/09/2024	Mais valia Não controlador 20%	Mais valia controlador 80%	Valor justo 30/09/2024
Ativo Circulante	475.017	3.716	14.864	493.597
Caixa e equivalente de caixa	268.457	-	-	268.457
Contas a receber de clientes	35.306	-	-	35.306
Estoques	100.618	3.716	14.864	119.198
Adiantamentos	154	-	-	154
Tributos a recuperar	2.909	-	-	2.909
Adiantamentos de Royalties	48.107	-	-	48.107
Adiantamentos a fornecedores	19.282	-	-	19.282
Outros créditos	184	-	-	184
Ativo Não Circulante	232.372	28.714	114.856	375.942
Impostos Diferidos	20.557	-	-	20.557
Garantia de Reembolso de Contingências	32.506	-	-	32.506
Tributos a recuperar	0	-	-	0
Investimentos	5.788	-	-	5.788
Imobilizado	153.138	1.814	7.256	162.208
Direito de uso de terreno	0	816	3.264	4.080
Intangível	20.383	26.084	104.336	150.803
Software	127	-	-	127
Direito de uso de solo	19.683	-	-	19.683
Marca	-	16.636	66.544	83.180
Carteira de Clientes	-	9.448	37.792	47.240
Ativo Total	707.389	32.430	129.720	869.539
Passivo Circulante	182.654	-	-	182.654
Fornecedores	74.073	-	-	74.073
Obrigações tributárias	11.883	-	-	11.883
Salários, benefícios e encargos	4.248	-	-	4.248
Adiantamento de clientes	80.884	-	-	80.884
Outras obrigações	11.247	-	-	11.247
Passivo de arrendamento	319	-	-	319
Passivo Não Circulante	60.582	-	-	60.582
Passivo de arrendamento	289	-	-	289
Tributos diferidos	27.787	-	-	27.787
Contingências trabalhistas	32.506	-	-	32.506
Patrimônio Líquido	464.153	32.430	129.720	626.303
Capital social	435.090	-	-	435.090
Reserva de lucros	407	-	-	407
Ajuste a valor justo	0	32.430	129.720	162.150
Resultado do exercício	28.656	-	-	28.656
Passivo total	707.389	32.430	129.720	869.539

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Demonstrativo da apuração do ágio (*Goodwill*):

Demonstrativo da apuração do ágio (<i>Goodwill</i>):				
Resumo da transação e apuração do ágio (<i>goodwill</i>)	Valor Contábil 30/09/2024	Mais valia Não controlador 20%	Mais valia controlador 80%	Valor justo 30/09/2024
Acervo patrimonial adquirido 100%	464.153	32.430	129.720	626.303
Acervo patrimonial adquirido - pelo percentual adquirido 80% (C)	371.322		129.720	501.042
Acervo patrimonial - não controlador	92.831	32.430		125.261
Valor da contraprestação total (A)				580.698
Mais valia paga (<i>Goodwill</i>) (A) - (C)				79.656

2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024, compreendem o período de aquisição da controlada, 30 de setembro de 2024 até 31 dezembro de 2024, ou seja, apenas 3 meses de resultado, conseqüentemente, não sendo comparável, pois não existia consolidação para o período findo em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma os dados constantes nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, não possuem informações comparáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, de forma consistente com as mesmas práticas contábeis.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia detém o controle da Sementes São Francisco, conforme efeito da combinação de negócios descrita na Nota 1, incluída na consolidação.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém controle. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Transação com participação de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os saldos ativos, passivos e o resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2024 da investida estão detalhados na nota explicativa 12.

2.3. Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Transações e saldos

Quando aplicável, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são "remensurados". Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita/despesa financeira.

2.3. Ativos e passivos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2. Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem. Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as alterações são contabilizadas no resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*). As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no Patrimônio Líquido da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Já em 2024, existia uma operação de derivativo não significativa.

2.4. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da controlada, Sementes São Francisco S.A. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação do acionista não controlador.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis materiais na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolvem a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.3.3.).
- (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (c).
- (d) Análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b).
- (e) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. (Nota 4 (I)).
- (f) A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.
- (g) Conforme nota explicativa 19 a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS e reconhece o efeito de Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. O reconhecimento destes tributos teve como base a Lei Complementar nº. 160/2017, que permitiu tratar benefícios fiscais de ICMS como subvenções para investimento.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

c) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

d) Investimento

A valorização do investimento em controlada, na data do encerramento das demonstrações financeiras, e dos efeitos sobre o resultado do exercício, é realizada usando o método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

e) Combinação de Negócios

Combinação de negócios são contabilizados aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data da aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input entrada de recursos adquiridos em outputs saídas de recursos, e os inputs entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será mensurada a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio líquido. Inicialmente, a mais-valia é mensurada como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, a mais-valia é mensurada pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, a mais-valia adquirida em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocada a cada uma das unidades geradoras de caixa do grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando uma mais-valia fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, a mais-valia associada à parcela alienada deve ser incluída no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. A mais-valia alienada nessas circunstâncias é apurada com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou adiantamentos efetuados, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base nas taxas societárias de acordo com as vidas úteis dos bens. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) financeiras” na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

g) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

Descrição	Taxas de depreciação anual
Software	20,00%
Direitos de exclusividade	12,12%
Mais Valia - Marca	4,71%
Mais Valia - Carteira	5,25%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (impairment), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábeis do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Um item do imobilizado e intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Anualmente as taxas de depreciação e amortização são revisadas para adequá-las à vida útil, quando aplicável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócio é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs, considerando os segmentos de negócios definidos pela Administração.

h) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos,

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

m) Receita Operacional

i) *Receitas operacionais - Venda de sementes e venda de soja*

A receita é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, ou seja, a receita

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, impostos incidentes sobre vendas, devoluções e abatimentos.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia conclui, de modo geral, que em seus contratos de receita normalmente a Companhia controla os bens antes de transferi-los para o cliente. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega dos produtos aos clientes, deste modo a receita de vendas é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

ii) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita oriundas de rendimentos de aplicações financeiras;
- Receita de juros ativos;
- Receita oriunda de descontos obtidos;
- Receitas oriundas de ajuste a valor presente;
- Despesa de juros por contratação de empréstimos, financiamentos, principalmente operações de crédito voltadas ao custeio agrícola (quando aplicáveis);
- Despesas bancárias diversas;
- Despesa por concessão de descontos a clientes;
- Despesas oriundas de ajuste a valor presente.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

n) Subvenções para investimentos e custeios

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os termos dos convênios e da legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 22. Em 2023 os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, em que a receita com subvenção é contabilizada no grupo das deduções da receita bruta – impostos incidentes, como contrapartida as rubricas contábeis de obrigações tributárias – passivo circulante ou impostos a recuperar – ativo

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

circulante. A partir de 2024, devido alteração na legislação conforme a Lei nº 14.789/2023, a Companhia não reconheceu mais subvenção para investimentos e custeios.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e com contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e de passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Sendo assim, os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p) Aspectos ambientais

As propriedades agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Administração acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida no momento, conforme as atuais leis e regulamentos.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional,

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Caixa e bancos	-	446	513
Aplicações financeiras	19.639	9.239	120.927
Total	19.639	9.685	121.440

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são de renda fixa em RDC (Recibos de Depósito Cooperativo) e são remuneradas à taxa média da variação de 106% do CDI, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Companhia e de sua controlada.

6. Contas a receber

	Consolidado
	31/12/2024
Duplicatas a receber de clientes	159.281
(-) Ajuste a valor presente (i)	(12.620)
Total	146.661

Representado por saldos a receber referentes à venda de produtos agrícolas.

- (i) Representa a parcela relativa aos juros a serem apropriados em exercícios futuros, de acordo com o regime de competência de exercícios, e é realizado para apurar as receitas pelo seu valor presente. A taxa utilizada em 2024 para o cálculo de ajuste a valor presente foi de 1,8%.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Consolidado
	31/12/2024
Valores a vencer:	
a vencer até 30 dias	2.135
a vencer de 31 a 60 dias	17.593
a vencer de 61 a 90 dias	60.138
a vencer de 91 a 120 dias	17.313
Mais de 120 dias	60.642
Valores vencidos:	
Vencidos até 30 dias	823
Vencidos de 31 a 60 dias	-
Vencidos de 60 a 90 dias	39
Vencidos de 90 a 120 dias	598
Total	159.281

7. Estoques

	Consolidado
	31/12/2024
Defensivos agrícolas e embalagens (i)	4.628
Produto agrícola (ii)	793
Almoxarifado	1.063
Adiantamento a fornecedores	54.762
(-) Redução ao valor recuperável de estoques	(180)
Estoques em poder de terceiros	11.900
Produto em processo (iii)	9.284
Total	82.250

- (i) Os defensivos agrícolas estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- (ii) Os produtos agrícolas estão avaliados pelo custo médio de aquisição, além dos custos incorridos pelo sistema de custeio por absorção (coordenado e integrado) na produção de sementes.
- (iii) Produto em processo refere-se ao valor dos royalties das áreas inscritas dos cooperados safra 2025/2026.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Circulante			
IRPJ (i)	37	6	717
PIS (ii)	-	-	2.320
COFINS (ii)	-	-	10.556
IRRF	150	31	150
Total	187	37	13.743
Não circulante			
PIS (ii)	-	-	1
COFINS (ii)	-	-	3
Total	-	-	4

- (i) O IRPJ e CSLL referem-se a pagamentos antecipados e estão sendo realizados por compensação, mediante pagamentos de impostos e contribuições devidos nas operações próprias.
- (ii) Tributos e contribuições federais, como PIS e COFINS, correspondem aos saldos e pedidos de ressarcimento referente às aquisições de embalagens, royalties e insumos empregados no processo de industrialização, além do crédito sobre o frete na operação de venda, arrendamento e imobilizado.

9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	21	68	1.286
Adiantamento de royalties	-	-	3.660
Adiantamento diversos	86	-	255
Total	107	68	5.201

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Créditos a receber (i)	-	-	5.929
Despesas antecipadas	-	-	248
Total	-	-	6.177

- (i) Os créditos referem-se ao RCA (Retorno do Custo de Acesso), programa de incentivo de fornecedores da controlada.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

As operações realizadas entre as partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições gerais definidas entre as partes. Os saldos e transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
	31/12/2024	31/12/2024
Paul Henri M. M. Aernoudts Ltda. (a)	-	268.361
Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda. (b)	1.788	-
SF Agrícola Ltda. (c)	9.083	2
Agropecuária São Francisco S.A. (c)	-	56
Wanderson Evangelista de Menezes (e)	143	-
Lavoro Agrocomercial S.A. (f)	65.666	-
	76.680	268.419

	Consolidado	
	Receita	Custo
	31/12/2024*	31/12/2024*
Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda (b)	1.787	(1.585)
SF Agrícola Ltda (c)	9.236	(6.383)
Lucas J.M. Aernoudts (d)	-	(1)
Wanderson Evangelista de Menezes (e)	156	7
Lavoro Agrocomercial S.A. (f)	67.514	(50.951)
	78.693	(58.913)

	Controladora e consolidado	
	Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023
Gestão e transformação consultoria S.A. (g)	(2.220)	(500)
	(2.200)	(500)

*Os saldos de resultado com partes relacionadas referente a receita e custo após a aquisição.

- Acionista minoritário da Controlada a partir de 2024 e também fornecedor de sementes de soja. Até setembro de 2024, era controlador da Sementes São Francisco. Os saldos passivos são relacionados ao saldo a pagar na aquisição da Sementes São Francisco.
- Até setembro de 2024, era acionista minoritária da Sementes São Francisco. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja.
- Companhias controladas por Paul Henri M.M. Aernoudts. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja. Saldo passivos relacionados a Agropecuária São Francisco S.A. refere-se ao arrendamento de sala comercial.
- Parente de primeiro grau de Paul Henri M.M. Aernouts. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja.
- Diretor comercial da Companhia (não estatutário). O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de soja.
- A Lavoro Agrocomercial S.A. é uma companhia brasileira especializada na distribuição de insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos e sementes. Em 2022, a Lavoro foi adquirida pelo fundo de investimento administrado pela Patria Investments Limited, uma gestora de ativos alternativos com ações listadas na NASDAQ, essa é a mesma gestora do fundo ligado a Holding Private Equity Holding VII - Delta S.A. O saldo ativo e de receita refere-se, substancialmente, a venda de sementes de milho.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

- (g) Em 01 de setembro de 2022, foi celebrado um contrato com a companhia parte relacionada Gestão e Transformação Consultoria S.A., referente prestação de serviço de assessoria e consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial, com renovação por mais 12 meses em 2023, sendo que a partir de janeiro de 2024 o contrato passou a ser renovado automaticamente.

Remuneração do pessoal da chave da Administração

A remuneração é estabelecida por meio de contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com salário fixo mensal. Além disso, é oferecido um bônus anual para colaboradores-chave, caso ocorra fusão, incorporação ou aquisição de empresas.

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 3.384 (R\$ 318 em 2023), enquanto os bônus foram de R\$ 5.719.

12. Investimentos

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2024</u>
Investimento pelo valor patrimonial e equivalência do período	391.619	-
Ágio na aquisição de investimento	79.656	-
Mais valia na aquisição de investimento	129.719	-
(-) Amortização de mais valia	(17.905)	-
Investimento em quotas de capital - Sicoob	-	5.822
Total	<u>583.089</u>	<u>5.822</u>

- a) A movimentação da conta de investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	-
Investimento pelo valor patrimonial (80% do patrimônio líquido contábil na data de aquisição)	371.322
Equivalência patrimonial	20.297
Ágio na aquisição de investimento	79.656
Mais valia na aquisição de investimento	129.719
(-) Amortização de mais valia	(17.905)
Total de investimentos	<u>583.089</u>

- b) Informações financeiras resumidas da controlada

	<u>%</u> <u>Participação</u>	<u>Ativo</u> <u>Total</u>	<u>Passivo</u> <u>Total</u>	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido *</u>	<u>Resultado do período -</u> <u>(31/12/2024 - 30/09/2024)</u>
Sementes São Francisco S.A.	80,00%	615.784	615.784	489.525	25.917

(*) O saldo do patrimônio líquido contempla o resultado do exercício.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13.Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Controladora 31/12/2024			Controladora 31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Computadores e periféricos	73	(9)	64	27	(2)	25
Total	73	(9)	64	27	(2)	25

Descrição	Taxas médias de depreciação anual	Consolidado 31/12/2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edific. e Benfeitorias	5,17%	84.384	(1.364)	83.020
Máq. e equip. agrícolas	27,02%	45.339	(5.622)	39.717
Computadores e periféricos	10,00%	27	-	27
Veículos e motores	42,52%	1.694	(488)	1.206
Móveis e utensílios	20,68%	351	(95)	256
Equip. de informática	39,26%	1.104	(440)	664
Imob. em andamento		48.074	-	48.074
Mais valia - Terreno		4.081	-	4.081
Mais valia – Bens Imobilizado	13,79%	9.066	(164)	8.902
Total		194.120	(8.173)	185.947

As vidas úteis e valor residual dos bens foram revisados seguindo as orientações do pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

A Administração da Companhia também realizou o teste de "impairment" que concluiu não haver necessidade de constituir provisão para recuperação de seus ativos.

b) Movimentação do custo

Descrição	Controladora				31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	
Computadores e periféricos	27	46	-	-	73
Total custo de aquisição	27	46	-	-	73

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	Consolidado						31/12/2024
	Aquisição por combinação de Negócio			Adições	Baixas	Transf.	
	31/12/2023	Controlador	Não controlador				
Edificações e Benfeitorias	-	84.934	-	2.248	(2.798)	-	84.384
Máq. e equip. agrícolas	-	41.427	-	52	(586)	4.446	45.339
Computadores e periféricos	27	-	-	-	-	-	27
Veículos e motores	-	1.694	-	-	-	-	1.694
Móveis e utensílios	-	310	-	72	(31)	-	351
Equip. de informática	-	1.003	-	223	(122)	-	1.104
Imob. em andamento	-	30.599	-	22.952	(1.031)	(4.446)	48.074
Mais valia - Terreno	-	3.264	816	-	-	-	4.081
Mais Valia – Bens Imobilizado	-	7.253	1.813	-	-	-	9.066
Total custo de aquisição	27	170.484	2.629	25.547	(4.568)	-	194.120

c) Movimentação da depreciação

Descrição	Controladora			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Computadores e periféricos	(2)	(7)	-	(9)
Total	(2)	(7)	-	(9)

Descrição	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2023	Controlador	Não controlador	Adições	Baixas	
Edific. e Benfeitorias	-	(1.414)	-	(70)	120	(1.364)
Máq. e equip. agrícolas	-	(4.606)	-	(1.182)	166	(5.622)
Computadores e periféricos	(2)	-	-	-	2	-
Veículos e motores	-	(323)	-	(165)	-	(488)
Móveis e utensílios	-	(83)	-	(28)	16	(95)
Equip. de informática	-	(403)	-	(97)	60	(440)
Mais Valia – Bens Imobilizado	-	-	-	(164)	-	(164)
Total	(2)	(6.829)	-	(1.706)	364	(8.173)

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

14.Intangível

a) Composição do saldo

Descrição	Consolidado			
	Taxas de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024 Líquido
Software	20,00%	279	(161)	118
Direitos de exclusividade (i)	12,12%	19.683	(145)	19.538
Mais Valia - Marca	4,71%	83.180	(1.091)	82.089
Mais Valia - Carteira	5,25%	47.240	(2.482)	44.758
Ágio por rentabilidade futura		79.656	-	79.656
Total		230.038	(3.879)	226.159

(i) Contrato de exclusividade de fornecimento de sementes de soja por 9 anos com as empresas Paul Henri M. M. Aernoudts Ltda., Mariana Jardim T. Aernoudts Ltda. e SF Agrícola Ltda..

b) Movimentação do custo

Descrição	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2023	Adição por combinação de Negócio		Adição	Baixas	
		Controlador	Não controlador			
Software	-	279	-	-	-	279
Direitos de exclusividade(i)	-	19.683	-	-	-	19.683
Mais Valia - Marca	-	66.544	16.636	-	-	83.180
Mais Valia - Carteira	-	37.792	9.448	-	-	47.240
Ágio por rentabilidade futura	-	79.656	-	-	-	79.656
Total	-	203.954	26.084	-	-	230.038

c) Movimentação da amortização

Descrição	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2023	Adição por combinação de Negócio		Adição	Baixas	
		Controlador	Não controlador			
Software	-	(153)	-	(49)	41	(161)
Direitos de exclusividade (i)	-	-	-	(187)	42	(187)
Mais valia - Marca	-	-	-	(1.091)	-	(1.091)
Mais Valia - Carteira	-	-	-	(2.482)	-	(2.482)
Total	-	(153)	-	(3.809)	83	(3.921)

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15.Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fornecedores	2.506	304	27.706
(-) Ajuste a valor presente – fornecedores	-	-	(854)
Total	<u>2.506</u>	<u>304</u>	<u>26.852</u>

Substancialmente, transações para aquisições de sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas no mercado interno.

O valor presente é calculado com base nos encargos financeiros cobrados em cada operação e ajustado proporcionalmente até o fim de cada exercício. A taxa aplicada nos exercícios de 2024 foi de 1,03% a.m..

A composição dos fornecedores por vencimento é a seguinte:

Período	Consolidado 31/12/2024
Valores vencidos:	
Até 30 dias	185
Entre 31 e 60 dias	231
Valores a vencer:	
Até 30 dias	3.329
Entre 31 e 60 dias	2.776
Entre 61 e 180 dias	20.824
Acima de 180 dias	361
Total	<u>27.706</u>

16. Impostos e obrigações a recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
IRRF a recolher	5	5	633
CSLL retida a recolher	-	-	5
PIS/COFINS retido	17	1	35
Pis a recolher	1	1	1
Cofins a recolher	7	3	41
INSS Funrural	-	-	83
Fundeinfra	-	-	35
ICMS a recolher	-	-	407
ISS a recolher	-	-	76
IRPJ a recolher	-	-	9.893
CSLL a recolher	-	-	2.857
Total	<u>30</u>	<u>10</u>	<u>14.066</u>

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17.Outras obrigações

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Comissões a pagar (i)	-	-	2.365
<i>Royalties</i> a pagar (ii)	-	-	9.284
Outras obrigações	-	-	780
Provisão de ressarcimento (iii)	-	-	6.942
Provisão de premiação a pagar (iv)	5.718	-	7.718
Aquisição de quotas Sementes São Francisco (v)	271.074	-	271.074
Ajuste a valor justo da contraprestação a pagar (v)	(16.429)	-	(16.429)
	<u>260.363</u>	-	<u>281.734</u>

- (i) Refere-se a obrigações com representante comerciais.
- (ii) Refere-se à obrigação com detentores de tecnologia de sementes de soja.
- (iii) Refere-se a um problema de germinação em uma variedade de semente que será bonificado aos produtores em 2025;
- (iv) Refere-se a obrigação com Representantes e RCs com premiação e bonificações.
- (v) Refere-se a saldos a pagar relativos a passivos assumidos pela controladora, na aquisição da controlada, conforme descrito na nota explicativa 1.1, atualizado em R\$ 2.626 pelo IPCA entre a data do *closing* e 31 de dezembro de 2024.

18.Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia foi constituído em 04 de maio de 2022 com a importância de R\$100,00 (cem reais). Em 13 de maio de 2022, a Companhia foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, mantendo o valor do capital social equivalente a 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 29 de setembro de 2022, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$2.593, representado por 2.592.886 (dois milhões quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$2.593, representado por 2.592.986 (dois milhões quinhentos e noventa e dois mil e novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado um segundo aumento de capital no valor de R\$2.100, representado por 2.100.000 (dois milhões e cem mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com isto o capital social Companhia em 31 de dezembro de 2022 passou a ser de R\$4.693, representado por 4.692.986 (quatro milhões seiscentos e noventa e dois mil novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de agosto de 2023, foi aprovado um terceiro aumento de capital no valor de R\$3.900, representado por 3.900.000 (três milhões e novecentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com isto o capital social da Companhia em 25 de agosto de 2023 passou a ser de R\$8.593, representado por 8.592.986 (oito milhões quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Em 24 de novembro de 2023, foi aprovado um quarto aumento de capital no valor de R\$11.100, representado por 11.100.000 (onze milhões e cem mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com isto o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser de R\$19.693, representado por 19.692.986 (dezenove milhões seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de julho de 2024, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$7.800, representado por 7.800.000 (sete milhões e oitocentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com isto o capital social da Companhia em 30 de julho de 2024 passou a ser de R\$27.493, representado por 27.492.986 (vinte e sete milhões quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de setembro de 2024, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$347.200, representado por 347.200.000 (trezentos e quarenta e sete milhões e duzentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com isto o capital social da Companhia em 20 de setembro de 2024 passou a ser de R\$374.693, representado por 374.692.986 (trezentos e setenta e quatro milhões seiscentos e noventa e dois mil novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	% Participação	Qtd. de ações	Tipo de ação	Capital social em reais	Valor por ação
Pátria Reach Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%	374.692.986	ON	374.692.986	1,00

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação:

Eventos e datas de aumento de capital	Quantidade ações	Média ponderada
Capital social até 31/12/2022	4.692.986	4.692.986
Capital social até 08/2023	3.900.000	1.367.671
Capital a partir de 11/2023	9.592.986	1.125.205
Capital a partir de 31/12/2023	19.692.986	7.185.863
Prejuízo 2023 (em milhares de reais)		(9.385)
Prejuízo por ação (em reais)		<u>(1,31)</u>

Eventos e datas de aumento de capital	Quantidade ações	Média ponderada
Capital a partir de 31/12/2023	19.692.986	7.185.863
Aumento de capital em 30/07/2024	7.800.000	-
Aumento de capital em 20/09/2024	347.200.000	-
Capital a partir de 31/12/2024	374.692.986	98.934.426
Prejuízo 2024 (em milhares de reais)		(16.332)
Prejuízo por ação (em reais)		<u>(0,17)</u>

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

19. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado
	31/12/2024
Receita operacional bruta:	
Semente de soja	176.506
Semente de milho e sorgo	61.398
Venda de grãos de soja e milho	9.043
Total	<u>246.947</u>
Deduções da receita bruta:	
Impostos incidentes sobre venda	(1.320)
Devoluções e abatimentos	(8.251)
Ajuste a valor presente	(13.584)
	<u>(23.155)</u>
Total	<u>223.792</u>

20. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado
	31/12/2024
Semente de soja (i)	(116.879)
Semente de milho e sorgo	(51.056)
Soja e demais grãos	(9.703)
Ajuste a valor presente	10
Perdas sobre estoques e inventários	113
Total	<u>(177.515)</u>

(i) Os principais custos que envolvem a produção de semente de soja estão descritos a seguir:

	Consolidado
	31/12/2024
Descrição	
Matéria prima, embalagens, lacres e insumos	(59.876)
Mão de obra	(5.282)
Depreciação	(1.191)
Custos com royalties	(48.566)
Manutenção e reparos de bens aplicados na produção	(444)
Demais custos com a produção de sementes	(1.520)
Total	<u>(116.879)</u>

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

21. Despesas com vendas

	Consolidado
	31/12/2024
Comissões	(3.438)
Frete nas vendas	(2.227)
Remessas experimentais de sementes	(4.779)
Publicidade e propaganda	(143)
Feiras e eventos	(43)
Outras despesas com vendas	(88)
Total	(10.718)

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Despesas com pessoal	(7.786)	(3.815)	(15.300)
Despesas com aluguel	(153)	(40)	(153)
Consultoria tributária	-	-	-
Despesas com consultoria	(4.368)	(1.033)	(4.368)
Despesas com serviços profissionais	(3.792)	(4.028)	(4.517)
Despesas com depreciações e amortizações	(18.001)	(2)	(19.365)
Despesas com impostos e taxas	-	-	(393)
Despesas de funcionamento	-	-	(457)
Despesas com conservação e manutenção	(135)	(20)	(467)
Despesa com locação de máquinas	-	-	(197)
Despesas com materiais de uso e consumo	(37)	-	(71)
Despesas com viagens	(645)	(490)	(645)
Provisão de bônus	(5.718)	-	(5.718)
Despesas com doações, bonificações, brindes	-	-	(48)
Outras despesas	-	(89)	(548)
Total	(40.635)	(9.517)	(52.247)

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

23. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receitas financeiras			
Juros sobre aplicações financeiras	852	227	5.999
Descontos obtidos (ii)	-	-	2.940
Variação monetária ativa	-	-	241
Juros ativos	-	-	5
AVP receitas financeiras	-	-	5.254
Outras receitas financeiras (i)	-	-	1.165
PIS/COFINS s/ receita financeira	-	-	(788)
	852	227	14.816
Despesas financeiras			
Tarifas bancárias	(2)	-	(2)
Variação monetária passiva	(1)	-	(299)
IOF	-	-	(2)
Desconto concedido	-	-	(513)
AVP despesas financeiras	-	-	(631)
Juros sobre arrendamento	(17)	(69)	(34)
Ajuste a valor justo	(2.626)	-	(2.815)
Outras despesas financeiras	-	-	(1)
	(2.646)	(69)	(4.297)
Total	(1.794)	158	10.519

- (i) Saldos representados substancialmente pelas sobras e rendimentos de capital junto as cooperativas de crédito.
- (ii) Representados por descontos concedidos por fornecedores de mercadorias e por descontos de royalties a pagar, os descontos são concedidos somente mediante ao atendimento de condições estabelecidas por esses fornecedores (atingimento de metas).

24. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do IR/CS	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	(22.230)	(9.385)	(1.411)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Total de IRPJ e CSLL pela alíquota combinada	7.558	3.191	480
Adições (exclusões) permanentes: (i)	6.901	(2.590)	2.532
(-) Tributos diferidos ativo sobre o prejuízo fiscal - não reconhecido	(8.561)	(601)	-
Apuração IRPJ e CSLL	5.898	-	3.012
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(22.707)
IRPJ e CSLL diferido	5.898	-	13.407

- (i) Em 2024, está substancialmente representado pela equivalência patrimonial.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social - Diferido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Ativo não circulante		
Provisões (reversões) de royalties, comissões, mat. prima e premiações	-	1.484
Provisão (reversão) AVJ estoque	-	64
Provisão (reversão) para perda de estoques	-	2.421
Ajuste a valor presente, líquido	-	3.097
Variação com derivativos	-	65
Diferença de aplicação do CPC 02 (R2) líquidas	-	17
Total do ativo não circulante	-	7.148
Passivo não circulante		
Provisão (reversão) de juros não realizados	-	4.773
Provisão (reversão) de outras receitas não realizadas	-	2.015
Diferença de aplicação do CPC 02 (R2) líquidas	-	81
Total do passivo não circulante	-	6.869
Total líquido do tributo diferido	-	279
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	5.898	5.898
Total líquido do tributo diferido Consolidado	5.898	6.177
Movimentação do diferido (resultado)	5.898	13.407

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os créditos tributários diferidos sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, no montante acumulado de R\$ 10.350 (R\$ 1.789 em 2023), até 31 de dezembro de 2024, não foram registrados pela Companhia, por não atenderem a todos os requisitos exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

25. Provisão para contingências

A Companhia no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência a anterior referente quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas e constitui uma garantia no ativo no mesmo montante, visto que ela espera reembolso.

a) Composição das provisões para demandas judiciais

Descrição	Consolidado
	31/12/2024
Trabalhista	34.537
Total	34.537
Ativo de indenização (i)	(34.537)
Contingência líquida	-

(i) O de ativo de indenização (garantia) foi constituído para cobrir o pagamento de eventuais contingências e indenizações determinadas obrigações devidas pelos acionistas anteriores (i) Paul Henri Madelaine e Maria Aernoudts, enquanto vendedor de sua participação societária, no âmbito do Contrato de Compra e venda de Ações firmado entre Private Equity Holding VII - Delta S.A e Paul, conforme prazos, regras e formulas lá previstas.

b) Perdas possíveis

Ações em que a Companhia figura como ré, classificadas como risco de perda possível e não provisionadas correspondem a:

Descrição	Consolidado
	31/12/2024
	Possível
Tributária	7.205
Trabalhista	194
	7.399

O processo à glosa dos dispêndios com royalties e subvenções fiscais de ICMS no montante de R\$ 69.253, em face de Sementes São Francisco. Esta informação encontra-se nos autos do Processo Administrativo nº 17095.720582/2022-59.

Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho desse processo tributário se tornou remoto a partir do exercício de 2023 devido ao governo federal ter promulgado a Lei nº 14.689/2023, trazendo mudanças significativas na tributação de royalties para empresas multiplicadoras de sementes.

Em 2024 o processo Administrativo nº 17095.720582/2022-59 ainda está ativo, porém parcialmente classificado como remoto no valor de R\$ 38.206 e no valor de R\$ 7.205 como possível.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos Financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber.

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional, isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

Risco de mercado: é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo o gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda: a Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte americano) em parte pouco significativa de suas compras de matéria prima (insumos).

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros: a Companhia busca obter as taxas de juros de suas operações de aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancários – CDI, criando um hedge natural para as obrigações.

Risco operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento.

Gestão de capital: a política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio.

a) Hierarquia do valor justo

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis).

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- *Nível 2* - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- *Nível 3* - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros que estão sujeitos às oscilações na taxa do CDI.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta (baixa) nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário real.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Controladora - aumento do índice

	Cenário Provável I *	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	19.639	19.639	19.639
Taxa sujeita à variação	11,75%	14,69%	17,63%
Receita financeira projetada	2.308	2.885	3.462
Variação - R\$	-	577	1.154

Controladora - redução do índice

	Cenário Provável I *	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	19.639	19.639	19.639
Taxa sujeita à variação	11,75%	8,81%	5,88%
Receita financeira projetada	2.308	1.731	1.154
Variação - R\$	-	(577)	(1.154)

Consolidado - aumento do índice

	Cenário Provável I *	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	120.927	120.927	120.927
Taxa sujeita à variação	11,75%	14,69%	17,63%
Receita financeira projetada	14.209	17.764	21.319
Variação - R\$	-	3.555	7.110

Consolidado - redução do índice

	Cenário Provável I *	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	120.927	120.927	120.927
Taxa sujeita à variação	11,75%	8,81%	5,88%
Receita financeira projetada	14.209	10.654	7.11
Variação - R\$	-	(3.555)	(7.098)

(*) fonte: relatório Focus extraído do site do banco central com data de 27 de dezembro de 2024

b) Classificação e valor justo de instrumentos financeiros

As tabelas abaixo demonstram os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a classificação em custo amortizado e valor justo.

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Controladora	Custo amortizado	Valor justo	Nível
31 de dezembro de 2024			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	19.639	Nível1
Adiantamentos	107	-	
Passivos financeiros			
Fornecedores	2.506	-	
Outras obrigações	271.074	-	
31 de dezembro de 2023			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	446	9.239	Nível 1
Adiantamentos	68	-	
Passivos financeiros			
Fornecedores	304	-	
Arrendamentos	-	-	
31 de dezembro de 2024			
Consolidado	Custo amortizado	Valor justo	Nível
31 de dezembro de 2024			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	513	120.927	Nível1
Contas a receber	146.661		
Adiantamentos	5.201		
Outros créditos	6.177		
Passivos financeiros			
Fornecedores	26.852		
Arrendamentos	551		
Adiantamentos de clientes	1.809		
Outras obrigações	281.734		

Private Equity Holding VII - Delta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

27.Cobertura de seguros

Conforme demonstrado abaixo, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguros para cobertura de incêndios, raios, explosões e implosões, relacionados aos riscos declarados de suas unidades em operação, equipamentos de alto custo e veículos.

Itens	Tipo de Cobertura	Limite de Indenização
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques.	Incêndios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, desmoronamento.	R\$ 718.556
Frota de Veículos	Danos materiais, danos corporais e bens móveis.	R\$ 34.720